

AGRICULTURA EM TRANSIÇÃO: deslocamentos identitários nas práticas agrícolas de uma localidade em Florianópolis

AGRICULTURE IN TRANSITION: identity shifts in agricultural practices in a locality in Florianópolis

AGRICULTURA EN TRANSICIÓN: desplazamientos de identidad en prácticas agrícolas en un lugar de Florianópolis

Alessandra Silva Araújo

Doutoranda em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bacharel em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
alearaujo.csa@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-9842-9723>

Douglas Ladik Antunes

Doutor em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
douglasladik@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-1270-0325>

Pedro Martins

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa e Freie Universität Berlin. Mestre em Antropologia Social. Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
weltermartins@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0002-7576-2830>

Recebido: 29/04/2021; Aceito: 20/10/2021; Publicado: 30/12/2023.

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de identificar os processos relacionados às mudanças no modo de vida dos agricultores e pescadores antigos e nos espaços da agricultura de Ratonés, um dos bairros de Florianópolis, Santa Catarina, além de identificar e conhecer as implicações dessas mudanças sobre as possibilidades de permanência das práticas de agricultura no local. Para o referencial teórico aplicam-se os conceitos de formação socioespacial, lugar, território e agricultura urbana, além de outros concatenados, os quais têm uso corrente nos campos de estudos das ciências geográficas e das ciências sociais. A metodologia empregada na coleta de dados é de ordem qualitativa, consistindo na realização de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida de moradores locais, além de consulta e análise documental. Como resultado obtido tem-se que diferentes processos de desterritorialização e reterritorialização marcaram a dinâmica dos espaços da agricultura em Ratonés, sinalizando, por um lado, a resistência de práticas agrícolas antigas e, por outro, o surgimento da agricultura urbana como decorrência das territorialidades observadas.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Território; Ratonés.

ABSTRACT

This article aims to identify the processes related to changes in the way of life of old farmers and fishermen and in the agricultural spaces of Ratonés, one of the neighborhoods of Florianópolis (SC), in addition to knowing the implications of these changes on the permanence of agricultural practices on site. For the theoretical framework, the concepts of socio-spatial formation, place, territory and urban agriculture are applied, in addition to their derivatives, which are currently used in the field of geography and social science studies. The methodology used in data collection is qualitative, consisting of semi-structured interviews and life stories of local residents, in addition to documentary analysis. The study shows that deterritorialization and reterritorialization processes marked the dynamics of agricultural spaces, signaling, on the one hand, the resistance of ancient agricultural practices and, on the other, the emergence of urban agriculture as a result of the observed territorialities.

Keywords: Urban agriculture; Territory; Ratonés' neighborhood.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar los procesos relacionados con cambios en la forma de vida de los antiguos agricultores y pescadores y en los espacios agrícolas de Ratonés, uno de los barrios de Florianópolis (SC), además de conocer las implicaciones de estos cambios sobre las posibilidades de prácticas agrícolas de permanencia en el sitio. Para el marco teórico se aplican los conceptos de formación socioespacial, lugar, territorio y agricultura urbana, además de otros concatenados, que se utilizan actualmente en el campo de los estudios de geografía y ciencias sociales. La metodología utilizada en la recolección de datos es de carácter cualitativo, que consiste en entrevistas semiestructuradas y historias de vida de los residentes locales, además de la complementación documental. Como resultado, los procesos de desterritorialización y reterritorialización marcaron la dinámica de los espacios agrícolas, señalando, por un lado, la resistencia de antiguas prácticas agrícolas y, por otro, el surgimiento de la agricultura urbana como resultado de las territorialidades observadas.

Palabras clave: Agricultura urbana; Territorio; Barrio de Ratonés.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a dinâmica do cotidiano de agricultores e pescadores de Ratonés – um distrito do município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Seguindo seus deslocamentos identitários, apresenta-se a historicidade das mudanças nos usos da terra a partir da percepção dos sujeitos locais. Trata-se de um recorte de pesquisa mais ampla que buscava dar visibilidade aos processos de planejamento e gestão territorial na região norte da Ilha de Santa Catarina¹. Ratonés é um dos 13 distritos² do município, habitado atualmente por sua população nativa e, em parte, por migrantes de outras regiões. A localidade é reconhecida por abrigar atividades de pesca e outras tipicamente rurais, como a agricultura e a criação de animais, além de possuir uma paisagem dotada de áreas verdes. A atividade agrícola está presente em Ratonés desde o período colonial, quando podia ser encontrada em toda a extensão da Ilha, sendo praticada em terras comunais nos séculos

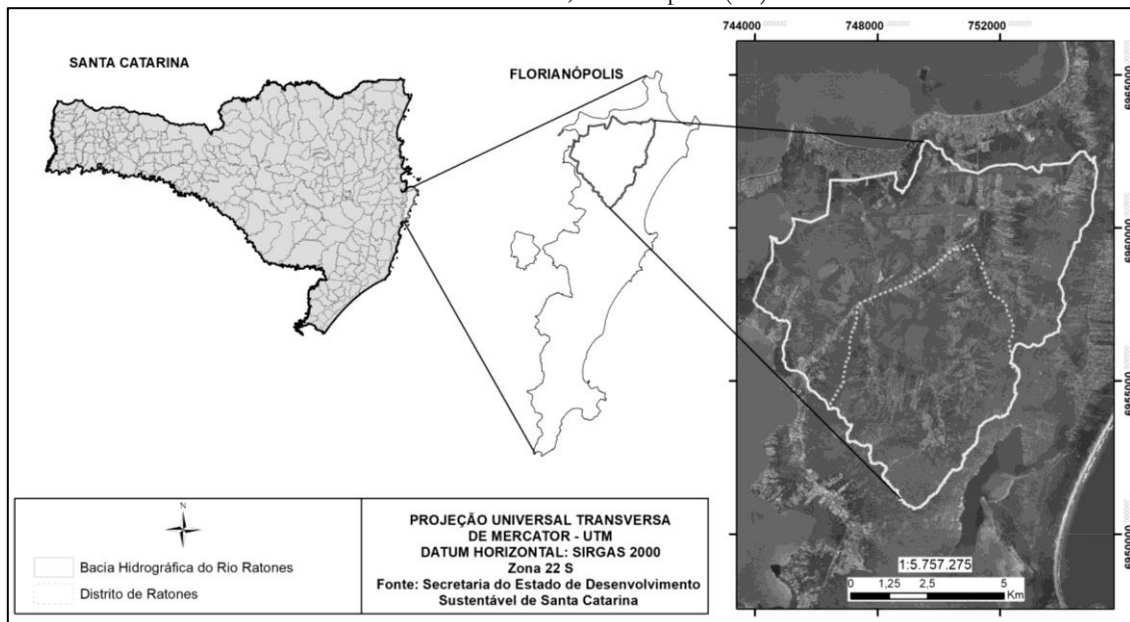
¹ A pesquisa mais ampla deu origem ao trabalho de Araújo (2017).

² Florianópolis se divide em 13 distritos e um número de bairros que varia de 42 a 85, dependendo da abordagem. Ratonés é o nome de um distrito e de um dos bairros centrais que o compõe. A coleta de dados foi realizada no bairro, mas seus resultados são extrapolados para o distrito e para a bacia hidrográfica do Rio Ratonés.

XVII e XVIII (CAMPOS, 1991). No século XIX, mais especificamente a partir de 1850, com a Lei de Terras, as terras comunais foram sendo individualmente apropriadas – processo que, em conjunto com outros fatores, levou à modificação das formas de uso e ocupação do território e, conseqüentemente, da prática agrícola.

Trata-se aqui de compreender as alterações nas dinâmicas locais, as conseqüências das mudanças históricas nos espaços de agricultura e os desafios existentes para a permanência da agricultura em Ratonos. Embora em alguns casos a expansão urbana seja vista como um dos mais representativos processos de mudança nas dinâmicas das áreas rurais, ou nos locais onde a agricultura tradicional é praticada, a pesquisa mostra que em Ratonos a conversão de terras de cultivo não cedeu espaços para áreas urbanizadas, sinalizando que outros fatores podem ter interferido na prática agrícola local. Este artigo se guia, portanto, pelas seguintes questões norteadoras: Qual a relevância da prática agrícola para a formação social da comunidade de Ratonos? Quais dinâmicas engendradas pelas mudanças de uso da terra estão relacionadas à alteração da prática agrícola no local? Como a agricultura praticada em Ratonos hoje oferece meios para se pensar a ruralidade do distrito?

Figura 1 – Localização da área de estudo, com destaque para a Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos e para o distrito de Ratonos, Florianópolis (SC)



Fonte: Adaptado de Araújo (2017).

A temática abordada insere-se em um amplo campo de estudos que registra as transformações na agricultura e na apropriação da terra nos últimos 40 anos – período que podemos chamar de “globalização recente” e eclode no início da década de 1980 – e, frente ao avanço da globalização homogeneizadora, trata de destacar as identidades locais. Neste

sentido, a produção acadêmica sobre a região abrangida pela pesquisa tem sido alvo contínuo de atenção, destacando-se os trabalhos de Campos (1991), Lins (1993), Fidélis Filho (1998), Cardoso e Buss (2001), Pereira (2003), David (2004), Gutiérrez (2008), Franzoni (2012), Luz e Martins (2014), Coelho, Dellagnelo e Kanitz (2014) e Sugai (2015), entre outros. O tema da agricultura urbana/periurbana e suas variantes é abordado em trabalhos como os de Arruda (2006, 2011), Leite (2012), Vinholi e Martins (2012) e Araújo (2016), que apontam para a dinâmica de transformações do urbano que tencionam transformações equivalentes no rural e reduzem, paulatinamente, a distinção entre ambos.

Como referencial teórico, tomam-se quatro conceitos principais: formação socioespacial, lugar, território e agricultura urbana. Segundo Santos (1977), a formação socioespacial é a combinação da formação social de um grupo com o modo de produção localmente dirigido. Escobar (2005) define lugar como uma localidade espacial específica, ou *locus* da construção da cultura e da identidade, por onde surgem formas particulares de pensar o mundo e as relações econômicas, sociais e políticas. O conceito de território, definido de maneira não consensual por Haesbaert (2016) e Raffestin (2010) com suas variantes territorialização e desterritorialização, encontra um contraponto oferecido por Zhouri e Laschefski (2010) e se beneficia da contribuição de Little (2004) quando agrega a variável territorialidade – significando o processo pelo qual um território pode ser construído ou ressignificado. Já a agricultura urbana (bem como suas variantes periurbana e rurubana), por seu turno, encontra boa definição em Leite (2012) e Arruda (2011), podendo ser conceituada como a produção de alimentos vegetais ou animais dentro ou nos limites do perímetro urbano, que atende ao consumo familiar e comunitário e pode ser destinada à comercialização.

Quanto à metodologia da pesquisa, o trabalho segue procedimentos para desenvolvimento de roteiro de entrevista semiestruturada, coleta de história de vida, observação participante e análise do conteúdo inspirando-se em Kerlinger (1980), Becker (2007), Bauer e Gaskell (2018), além de Minayo (2001) e do dicionário estabelecido por Vogt (1999). Assim, foram adotados como principais instrumentos de coleta de dados a entrevista, a história de vida e o levantamento documental – este consistindo no trabalho com mapas e fotografias aéreas (séries históricas de 1938, 1977 e 2010) já consolidadas, e registros bibliográficos. Entrevistas abertas, observação participante (BRANDÃO, 1986) e conversas informais contribuíram para o levantamento de dados de maneira dialética.

Tratou-se, então, de ouvir sete participantes, escolhidos por indicação espontânea pelo critério de maior representatividade e possibilidade de contribuição, assim identificados no decorrer do texto: E1 – Homem, 67 anos, morador nativo do distrito de

Ratones, aposentado e agricultor, entrevistado em 23/02/2017; E2 – Mulher, 65 anos, moradora nativa do distrito de Ratones, agricultora, esposa de E1, entrevistada em 23/02/2017; E3 – Homem, 66 anos, morador nativo do distrito de Ratones, entrevistado em 02/12/2016; E4 – Homem, 54 anos, morador nativo do distrito e pescador artesanal no Rio Ratones, entrevistado em 23/05/2016; E5 – Homem, membro da Associação dos Moradores de Ratones – AMORA, entrevistado em 15/02/2017; E6 – Homem, 63 anos, morador atual de Ratones e agricultor, entrevistado em 02/06/2016; E7 – Mulher, 62 anos, moradora atual de Ratones e agricultora, esposa de E6, entrevistada em 02/06/2016.

Os resultados obtidos seguem distribuídos em quatro seções: em *Uma ilha de agricultura* é apresentada uma linha do tempo para a Ilha de Santa Catarina com o desenvolvimento espacial movido pela agricultura; em *Agricultura e formação social* mostram-se as relações sociais engendradas pelas práticas agrícolas e seus produtos em um período de transição entre dois momentos históricos; em *Mudanças socioespaciais e as práticas antigas* relaciona-se a passagem do “tempo dos antigos” para o tempo da globalização recente; em *Alterações nas práticas agrícolas e o sentido do rural em transição* se reflete sobre os dilemas de uma cultura que resiste e se transforma engendrando novas territorialidades.

UMA ILHA DE AGRICULTURA

O histórico da agricultura praticada em Florianópolis está relacionado à colonização europeia que se estabeleceu a partir do século XVII, sendo reforçada por diferentes levas de imigrantes vindos do Arquipélago de Açores, Portugal, a partir de meados do século XVIII. A prática agrícola continuou entre as mais relevantes empregadas como estratégia de ocupação de terras, tendo predominado por todo o século XIX e declinado após a primeira metade do século XX (CAMPOS, 1991; PEREIRA, 2003).

A agricultura estabelecida no período colonial é identificada por Campos (1991, 2011) como pertencente ao tipo de “pequena produção mercantil açoriana” e permitia a subsistência dos habitantes por meio do uso de terras comunais completamente integradas ao sistema agrário familiar. Nessas terras aconteciam a soltura e o pastoreio de gado, atividades de extração e cultivo agrícola. O uso comunal se dava em virtude das porções largas de terra sem fronteiras particulares demarcadas, integrando um sistema em que os produtores eram os próprios donos dos meios de produção e no qual prevalecia a policultura, o trabalho pela mão de obra familiar, uma produção agrícola de pequena escala acompanhada da produção de pescados e a produção de um pequeno excedente que era trocado com comunidades vizinhas (CAMPOS, 1991; PEREIRA, 2003).

Considerando que toda a ilha possuía terras comunais (CAMPOS, 1991³), essa situação caracterizava também a condição do bairro de Ratones e seu entorno, colonizados por volta do ano de 1698 (LUZ; MARTINS, 2014). Embora relacionada a uma prática açoriana, a policultura praticada em Ratones é apontada como resultado da sua localização em relação aos demais bairros da região (CARDOSO; BUSS, 2001). Ou seja, há a hipótese de que o difícil acesso aos produtos agrícolas de outros bairros contribuía para o esforço de produção dos agricultores de Ratones. Outras características são, contudo, igualmente relevantes para o estabelecimento da dinâmica local de produção, aquisição e escoamento de alimentos desse bairro, que são: a forte ligação de Ratones com as comunidades vizinhas, principalmente a da Costa da Lagoa – com a qual realizava o escambo de produtos – e a presença do Rio Ratones, canal de escoamento da produção para o principal ponto de troca em toda a época colonial e na primeira metade do século XX – o Mercado Público de Desterro⁴ (CARDOSO; BUSS, 2001; LUZ; MARTINS, 2014).

O desmantelamento do uso das terras comunais em Florianópolis está relacionado aos processos de apropriação privada desencadeados a partir do século XIX por diferentes atores, incluindo o Estado e produtores pobres (CAMPOS, 1991, 2011). Segundo Cardoso e Buss (2001), a partir da segunda metade do século XX o uso intensivo de insumos sintéticos⁵ seria fator contribuinte para o declínio da produção agrícola em Ratones. A fragmentação das terras de uso comum e sua apropriação privada caracterizam o que Oliveira (2007) identificou como um típico processo de surgimento e avanço do modo capitalista de produção, que resulta na submissão do campo a um novo sistema econômico-social. A observação de Pereira (2003) sobre as características das comunidades locais sob colonização portuguesa corrobora o argumento de que o modo capitalista veio a se concretizar a partir dos processos de apropriação particular das terras comunais. A apropriação de terra é fator relevante para a mudança no caráter da agricultura: individualmente apropriada e imbuída de valor, ela origina um produto que passa a ser concebido como mercadoria e assume valor de troca (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

A busca pela rentabilidade da terra cultivada em Ratones resultou em seu constante parcelamento e no intenso uso do solo (CAMPOS, 1991, 2011; PEREIRA, 2003), levando à migração de produtores que ficavam impedidos de cultivar em novo formato ou que perdiam seus meios de produção. Nota-se o intenso incentivo ao investimento nas cadernetas de poupança nos anos de 1980, decorrentes da própria decadência da prática

³ O município de Florianópolis é constituído por uma porção continental e pela Ilha de Santa Catarina. O autor faz menção aqui especificamente à porção insular.

⁴ O município perdeu a denominação Desterro ainda no final do século XIX, quando foi rebatizado como Florianópolis em homenagem a Floriano Peixoto.

⁵ Por “insumos sintéticos” entendem-se os fertilizantes e defensivos agrícolas de origem industrial.

agrícola, e a intensa especulação imobiliária sobre as terras (CAMPOS, 1991, 2011; CARDOSO; BUSS, 2001). Isso caracteriza o que Lefebvre (2006) definiu como a produção capitalista do espaço: um processo resultante da subordinação do espaço ao valor de troca da terra e que passa a comandar os novos tipos de atividade a serem realizados sobre ele. No caso específico de Florianópolis, uma descrição sobre a produção capitalista do espaço é feita por Sugai (2015).

A instalação, anos mais tarde, de obras de drenagem e expansão urbana na Bacia Hidrográfica do Rio Ratonos (BHRR) pode ser vista como ação resultante do novo processo de uso e ocupação do espaço. Ocorridas na década de 1950, as obras realizadas pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) previam tornar a planície da bacia – que sofria influência das águas litorâneas – propícia para o cultivo agrícola. Foram instaladas junto às obras de drenagem duas rodovias que funcionavam como indutoras de expansão urbana para a região (FIDÉLIS FILHO, 1998).

Fidélis Filho (1998) apontou também que as alterações processadas na BHRR trouxeram impactos para toda sua área de influência e indica a existência de um conflito formalizado envolvendo os pescadores do Rio Ratonos e o Estado. Os pescadores denunciam o impacto das obras de drenagem e da construção das rodovias sobre o rio com consequências para as atividades de pesca. A implantação do projeto do DNOS foi seguida de outras ações de planejamento territorial que levaram novas mudanças espaciais para o distrito e região. Dentre elas, destaca-se a criação, em 1987, da Estação Ecológica de Carijós (ESEC Carijós), unidade de conservação de proteção integral criada com o intuito de proteger os remanescentes de manguezal da bacia, que de forma geral foi o sistema ambiental mais impactado pelas obras.

A maneira como as áreas, principalmente de agricultura, foram se modificando em Ratonos ao longo do tempo pode ser compreendida pela forma como o uso do espaço físico esteve amparado nas relações sociais dos moradores. Para Lins (1993), o afastamento de comunidades pesqueiras nativas de seus modos de vida tradicionais em Florianópolis pode ser explicado pela expansão e influência da atividade turística – que altera a organização da sociedade. Há por detrás dessas constatações a sustentação do argumento que defende a inseparabilidade da conformação espacial e social, assim reforçado por Rindfuss e Stern (1998) e Soini (2005) ao demonstrarem situações de intrínseca relação entre usos da terra e componentes sociais de diferentes grupos.

AGRICULTURA E FORMAÇÃO SOCIAL

A agricultura realizada em Rationes no passado ou, segundo os entrevistados, no *tempo dos velhos* permitia o desenvolvimento da base material de sobrevivência da comunidade, das suas relações sociais e da configuração de sua identidade, que é revelada, por exemplo, quando se identificam como “nativos e criados na lavoura”.

A agricultura descrita para o *tempo dos velhos* em Rationes corresponde à praticada até por volta dos anos 1950 e que se estendeu de algum modo até a década de 1970. Nessa época, a produção se dividia em três formas: a *roça*, a *chácara* e o *quintal*, correspondendo a usos distintos nas glebas de terra. A plantação da *roça* configurava o cultivo de espécies rasteiras ou temporárias nos morros, como o aipim, a laranja, a bergamota, o milho, o alho, a cebola, a cana e o feijão, e era propiciada pelas práticas da coivara ou do roçado nas quais a mata era queimada, ou retirada com o uso da enxada, possibilitando a abertura de novos espaços para plantio. Recolhia-se a lenha para cozimento dos alimentos e, especialmente, para o funcionamento dos engenhos de farinha. Normalmente, a retirada de madeira também se relacionava ao seu uso em algumas construções. A *chácara* era o maior espaço de cultivo das planícies ou *baixadas* e abrigava os plantios permanentes, como banana, abacate, laranja e, principalmente, café. Nas *baixadas* acontecia a soltura e o pastoreio do gado, além da criação de porcos e galinhas. O *quintal* era a porção de terra cultivada próxima às casas, cercada do contato dos animais, onde eram plantadas as hortaliças e as ervas. A agricultura era realizada inclusive pelas crianças, que ajudavam no plantio e colheita.

As *roças*, as *chácaras* e os *quintais* são formas de expressão das *territorialidades específicas* (ALMEIDA, 2013) dos agricultores no *tempo dos velhos*. Elas projetam a agricultura como prática constituinte do sistema que compõe a formação cultural da comunidade de Rationes. Segundo E1, a abundância da colheita dos primeiros anos diminuía nos anos seguintes, enquanto os espaços em pousio recuperavam a fertilidade pelo crescimento do mato e deposição de matéria orgânica. O pousio e os diferentes espaços de plantio tornavam-se possíveis pela disponibilidade de terras e pelo intenso cultivo dos morros, como dito por um morador: “Esse morro aí era tudo roça. Não tinha mata nisso aí, não. Até lá em cima, 90% do morro, era tudo plantado” (E3). Consolidava-se um processo constante e cíclico de retirada de lenha, produção agrícola e recuperação vegetal por toda a área.

O escoamento da produção agrícola de Rationes para outros bairros se dava com auxílio dos *feirantes* e dos *atacadistas* e por intermédio do estabelecimento de relações de troca entre as comunidades, como já indicado por Luz e Martins (2014). O *feirante* vendia ou trocava sua produção familiar no Mercado Público e o *atacadista* recolhia e negociava a venda da produção de várias famílias no mercado, sendo, ao fim, o responsável pela rotatividade dos produtos das comunidades próximas. E3 lembra ainda:

Os atacadistas dividiam as vendas aqui no interior da ilha. Então, nós íamos de manhã pra cidade e voltava de noite, era acostumado, tudo no pau de arara. Então, comprava dentro pra poder vender no mercado público, que tinha feira. Rationes abastecia quase toda a cidade.

As trocas de alimentos com comunidades vizinhas, principalmente a da Costa da Lagoa, e também a estruturação da função do *atacadista*, embasavam-se em relações de confiança e sociabilidade que recaíam até mesmo na forma de permanência das famílias no espaço, como também demonstrado por Franzoni (2012) para a região do Campeche, outro distrito do município. As relações de sociabilidade originavam, por exemplo, os mutirões para construção de casas, a troca de produtos nos mercados locais por sacas de café e até a troca de alimentos por porções de terra: “Como a terra não vendia, não tinha valor, era assim, ‘você me dá um pedaço de terra eu te dou um saco de farinha’, pra passar o ano todo” (E1).

A alta produção de alimentos em Rationes, que resulta das relações sociais estabelecidas no local, contesta a hipótese de Cardoso e Buss (2001), que a atribuem à necessidade de suprir as condições de alimentação frente à localização afastada do bairro em relação aos demais. Aponta-se, de fato, para a relevância de Rationes no fornecimento de produtos para outras comunidades por intermédio do escoamento pelo rio e, também, pela existência de relações de sociabilidade específicas que permitiam o estabelecimento de redes de contato e o fluxo de produtos entre a vizinhança. Vale lembrar as reflexões de Malinowsky (1976), sobre os fluxos de produtos e mulheres no ciclo do Kula das Ilhas Trobriand, para se imaginar como a circulação de produtos agrícolas engendrava outras trocas sociais ou vice-versa.

A pesca e a agricultura no *tempo dos velhos* são relatadas por sua inconstância relativa à dinâmica sazonal das culturas e dos pescados. A agricultura era prática diária e diurna. A pesca era geralmente pontual, ocorrendo próxima à hora da alimentação ou durante a noite. A inexistência de energia elétrica impossibilitava o armazenamento dos alimentos e seu consumo futuro. Ainda assim, há uma vivência na produção agrícola e na pesca que povoa a memória dos entrevistados sobre a *abundância* da época *dos velhos*, combinada com a *falta* que retrata o que naquele mesmo tempo não se tinha ou o que era considerado ruim. A *fartura* era verificada na existência de épocas em que era alta a produção – seja na terra, no rio ou no mar – e a *falta* era determinada em relação àqueles âmbitos aos quais a produção não conseguia atender, como se observa nestes depoimentos:

E1: Ninguém tinha fartura. Às vezes tinha até demais, às vezes não tinha. Peixe, tem época que dava bastante peixe, tem época que não dava.

E2: Ele fala isso, mas eu acho que não.

E1: Portanto, você vai dar risada. Tinha um mês que chamava tico-tico rabão. Era o mês da miséria, mês de maio.

E2: Mas aí eles tinham muita criação, muita galinha.

E1: Se virava, se virava de qualquer jeito. Mas, não tinha aquela fartura.

Para além da pesca, a caça e o extrativismo eram práticas relevantes para a sustentação da agricultura. Eram extraídos e trabalhados materiais para a confecção de diversos utensílios, como *samburás* (balaio com alças produzido a partir da *imberinha*, parte do cipó-imbé); bambu, para construção de cercas, balaies e *cerões* de carga (o cerão é composto por dois balaies que se encaixam no lombo dos cavalos, dependurados em uma *cangalha*, e eram utilizados para o transporte de produtos agrícolas e pescados), e o *varejão* (instrumento ainda utilizado para *cutucar* locais onde os peixes se escondem e verificar o nível de profundidade do rio). Além desses materiais eram utilizados também o *tucum* para produção de cercas e tarrafas, as folhas de coqueiro, utilizadas como *barrilha* (barreira) de moagem no processo de produção da farinha nos engenhos, a *baga de anóis* (ou baga de anoga, fruto da anogueira) para a produção de sabão, a tinta do mangue (extraída do mangue-vermelho, espécie típica de manguezal) para tintura de tarrafas, entre outros.

MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS E AS PRÁTICAS ANTIGAS

Comparando o período da infância com a situação atual, os moradores antigos identificaram a melhoria da qualidade de vida. Eles constatarem as privações passadas, como a falta de higiene ocasionada pela inexistência de infraestruturas de saneamento; falta de energia elétrica; falta de roupas e remédios; falta de estrutura de transporte; inexistência de escolas; falta de conforto (além da falta de energia elétrica, realizavam extensas jornadas de trabalho com grande esforço físico) e falta de comida nas épocas em que o plantio ou pesca não eram produtivos. Atualmente, destacam o conforto relativo à qualidade das casas, à existência de infraestrutura e à oferta de serviços públicos (energia elétrica, transporte, educação e saúde). A constatação da condição de fluência é alterada em virtude das relações econômicas no presente – tempo posterior aos anos de 1970 que se consolida como o período da globalização recente. Nesse contexto, a aquisição de produtos só é possível por meio do dinheiro e as relações de troca são afetadas. Altera-se aquilo que, para Raffestin (2010), seria a “matemática social” do grupo, ou seja, os fatores determinantes de sua territorialidade imaterial.

Além das mudanças relacionadas à qualidade de vida, há de forma geral uma série de queixas em torno das novas configurações da comunidade e das alterações processadas no meio ambiente local. Em relação às primeiras, são relatadas, por exemplo, a insegurança

e a perda de respeito entre os moradores: “Pra tu ter uma ideia, a gente não tinha medo de sair na rua. Não se tinha luz, mas todo mundo era amigo, todo mundo a gente conhecia. Eu acho que o pessoal de antigamente era mais amigo” (E2).

Todas as mudanças geraram, nas palavras de E4, “a perda do vínculo” familiar e comunitário. Esses fatores são relacionados também ao aumento do fluxo de atividades, movimento e falta de segurança do local, os quais começaram a ser percebidos a partir da década de 1970 e 1980, época em que passaram a ser introduzidas na região políticas de desenvolvimento urbano e turístico (LENZI, 2014; FRANZONI, 2012). A mudança relatada refere-se principalmente à parte de “baixo” (planície que faz a ligação do bairro com a rodovia), já que “em cima” (pé dos morros, próximo à localidade do “Canto do Moreira”), preservam-se grande parte das moradias de população nativa e maiores espaços de cultivo agrícola. É na parte de “baixo” que o urbano está mais consolidado, corroborando o que Simmel (1973) sugeriu sobre as modificações na teia social ocorridas a partir da caracterização do urbano e das mentalidades que ele produz. Por outro lado, as mudanças podem ser vistas como um indicativo de processos de desterritorialização. O território, de acordo com Zhouri e Laschefski (2010), representa uma unidade que sustenta a produção do modo de vida de um povo, abrangendo suas variáveis sociais, culturais e econômicas, e resulta na identificação com seu espaço vivido. O processo de desterritorialização ocorre diante da impossibilidade de reprodução desse modo de vida a partir do território físico.

Conforme os relatos, a interrupção da agricultura foi provocada pela proibição do uso dos engenhos por tração animal, da caça, do plantio nos morros, do extrativismo, da criação de animais em determinadas condições e regiões do distrito e das queimadas que revitalizavam as áreas de cultivo. O parcelamento dos lotes, a necessidade de pagamento de aluguel e a monetarização e profissionalização das atividades primárias surgem no decorrer dos anos como resultado da necessidade de complemento da renda pelos moradores, que não conseguiam mais ter autonomia por intermédio da realização das atividades anteriores. Há, de forma geral, um desestímulo à continuidade da prática agrícola pelas novas formas de uso incitadas no espaço e que altera a forma de fixação das pessoas no lugar. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização e industrialização atraiu os nativos para ocupações na área de serviços – ainda que permaneçam nos seus locais de origem e sujeitos a longos deslocamentos diários em transporte público de má qualidade. A começar pela apropriação privada das terras comunais, até os efeitos dos loteamentos sobre a configuração da comunidade e suas práticas, verifica-se a consolidação da renda da terra como um fator que introduz novos componentes à forma de uso do espaço, onde as relações capitalistas são

claramente sentidas e contribuem para a indução de mudanças socioespaciais (OLIVEIRA, 2007; FRANZONI, 2012).

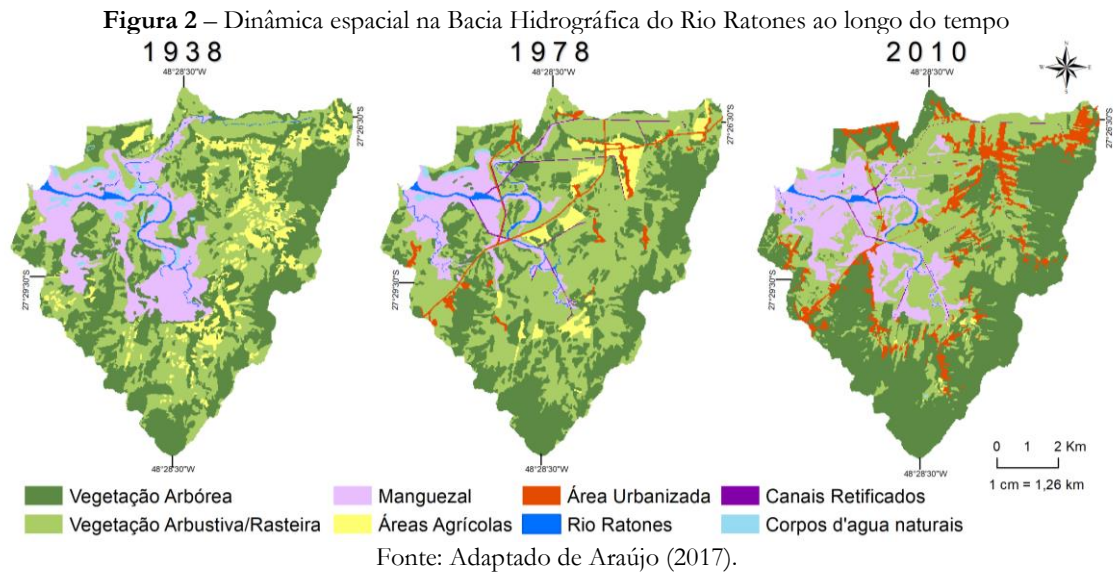
É muito ilustrativo o depoimento de um dos moradores:

De 90 pra cá já começou a mudar tudo por causa de o lavrador não ter influência, não ter apoio. Aí começaram a abandonar as lavouras também. Depois veio esse aposento mínimo, aí vem o governo com aquela história de poupança. Investir em poupança. Então o pessoal foram se infruindo [influenciando] com essa farsa aí e começaram a vender os terrenos. Hoje, muitos de Ratonos eles não têm terreno e não têm dinheiro, vivem de aluguel (E4).

A situação de Ratonos é semelhante àquela descrita por Franzoni (2012) sobre o uso do espaço no bairro do Campeche (Florianópolis), local em que as modificações nas condições de fluxo no território alteraram a possibilidade de permanência de algumas práticas antigas da comunidade. É semelhante também à descrição de Soini (2005) sobre a realidade de uma comunidade do Monte Kilimanjaro, na Tanzânia, em que os novos usos do espaço local trouxeram constrangimentos para a continuidade do modo de vida e reprodução social do grupo.

Os engenhos de farinha, que contribuíam para a caracterização da autossuficiência no *tempo dos velhos* em Ratonos, foram abandonados em decorrência da proibição de seu uso por tração animal. À época das proibições os moradores passaram a ter de pagar pelo uso da energia, mesmo que ainda desvinculados e despreparados para a nova realidade que se colocava, o que levou ao abandono da atividade. Além disso, pesca e agricultura são atualmente complementadas pela aposentadoria dos moradores ou pelo trabalho assalariado fora do bairro de alguns dos membros da família, principalmente nas áreas da construção civil e prestação de serviços. Assim, as mudanças fizeram a categoria identitária de lavradores-pescadores migrar para definições de “os pescadores que ainda plantam” e “os agricultores que ainda pescam”. Verifica-se que a perda do vínculo da comunidade se dá pela individualização das práticas e sua especialização, indicadas pela forma como a relação dos sujeitos com o meio ambiente é paulatinamente reconfigurada pelas ações de organização do espaço e acesso aos recursos.

A Figura 2 apresenta a dinâmica do manguezal, das áreas de vegetação, áreas de cultivo agrícola, áreas urbanizadas, estradas e canais retificados na BHRR entre os anos de 1938 e 2010, além da localização da área de abrangência da ESEC Carijós. Observa-se forte alteração espacial, com destaque para a diminuição de áreas agrícolas no período, o impacto no manguezal e sua relação com a presença das comportas e estradas, além do estabelecimento de áreas urbanizadas.



As imagens indicam alterações na dinâmica das atividades realizadas “na terra”. Outras alterações se processaram de maneira imediata “no rio”, condicionando a continuidade da atividade pesqueira. As primeiras são, por exemplo, o reestabelecimento de vegetação arbórea pelo abandono da agricultura nos morros e o reaparecimento de espécies pela proibição da caça. As segundas estão relacionadas, principalmente, à interferência no manguezal e no curso dos rios pelas obras do DNOS (em 1950) e à implantação da ESEC Carijós em 1987, em área histórica de pesca artesanal. As pessoas da comunidade questionam a legitimidade do projeto de drenagem, a falta de consulta à comunidade no processo e apontam os impactos ambientais ao rio e ao manguezal:

O governo da época, infelizmente, projetou uma retificação pro Rio Ratonés. Eu não tenho conhecimento do projeto. Estou falando o que eu ouvi das pessoas mais antigas. Mas foi feito essa modificação aí sem pensar que uma comunidade dependia do rio. Muitas vezes fico falando aqui nas reuniões: “60% do rio foi perdido quando foi feita a retificação. Qual o impacto disso?” Embaixo daquelas duas pontes ali foram feitas comportas que abria e fechava automaticamente. Então, quando a maré enchia, ela fechava, travava as portas. Quando a maré secava, ela abria as portas, então só saía água doce e não entrava água salgada (E4).

Como parcialmente verificado por Fidélis Filho (1998), os entrevistados afirmam que as obras impactaram todo o sistema hídrico da bacia hidrográfica levando à diminuição da vazão ou extinção de corpos d’água, assoreamento do Rio Ratonés, alagamentos de áreas próximas às comportas instaladas, alteração da qualidade das águas e da disponibilidade de peixes, complicações para o transporte e fluxo da pesca no Rio Ratonés, entre outros. Os impactos na atividade da pesca foram aprofundados pela atividade da ESEC Carijós, criada pelo Decreto Federal nº 94.656/87. Essa é uma unidade de

conservação (UC) de proteção integral que teve como objetivo, entre outros, a proteção dos remanescentes de manguezal em parte da BHRR (GUTIÉRREZ, 2008). Parte da sua área de influência localiza-se sobre o Rio Ratonés e seu acesso ao mar, o que restringiu a área de pesca e alterou as formas de uso e acesso aos recursos do rio. Para os pescadores do Rio Ratonés, as proibições prejudicam a obtenção de recursos pesqueiros para complementação alimentar e financeira, o que compromete a continuidade da atividade ao causar a perda de ligação dos pescadores com o meio ambiente – implicando nova perda de vínculo.

As novas dinâmicas gerais da pesca alteram a lógica de uso e racionalização dos recursos, que no *tempo dos velhos* esteve intimamente relacionada à temporalidade das dinâmicas da natureza e de seus ciclos. A nova lógica atende a determinados regramentos e legislações, sobrepondo-se à forma nativa de construção do território. A realização das práticas antigas se altera à medida que “a organização e o planejamento territorial são transferidos às instâncias ditas públicas, que controlam [...] os fluxos e fixos nos territórios de sua responsabilidade (território no sentido clássico do Estado nação)” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 24). É relevante ressaltar que embora haja insatisfação em torno dos impactos da ESEC sobre as atividades da pesca, sua presença é vista como estratégica para o combate às ameaças trazidas pelo crescimento urbano ao meio ambiente local e pelo uso insustentável dos recursos por alguns pescadores. Essa condição faz com que a recategorização dessa UC seja cogitada de modo a alinhar suas demandas com as da comunidade e à preservação ambiental local.

O cenário apresentado manifesta a constituição de processos de desterritorialização da comunidade nativa pescadora e agricultora de Ratonés. Haesbaert (2016) situa o processo de desterritorialização como precedente de processos de reterritorialização, em que há a reconstrução de um território em novos moldes. Relativamente à agricultura, a desterritorialização pode ser observada na atual inexistência das roças, das chácaras e dos quintais. Observa-se também o fim da atividade de caça e extrativismo em áreas anteriormente relevantes (como manguezal e morros). Como consequência, no teor da construção da identidade, os sujeitos agora se identificam como moradores locais ou nativos, visto que a nova configuração do bairro separa aqueles que são trazidos pelas dinâmicas urbanas – os de fora – e aqueles que têm suas raízes na comunidade de Ratonés ou em comunidades vizinhas. A proibição do extrativismo impacta também a pescaria, em que há, por exemplo, a mudança na forma de aquisição de seus instrumentos, os quais passam a ser adquiridos fora da comunidade. Antunes (2011) relata processo semelhante na dinâmica de produção dos instrumentos para pesca por grupos de cipozeiros dos estados

de Santa Catarina e Paraná, quando registra a substituição de fibras de tucum (produto de extrativismo) pelo náilon na confecção de fios e redes de pesca, sinalizando alteração e adaptação na forma de vivência no território.

ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E O SENTIDO DO RURAL EM TRANSIÇÃO

O surgimento e expansão do modo de produção capitalista sobre a região mostrou-se como um dos fatores responsáveis pela alteração da prática da agricultura, justamente pela constatação de que as restrições impostas ao uso do espaço impactaram na forma de reprodução social da comunidade. Assim, a mudança da configuração do espaço altera a forma pela qual ele é utilizado e transforma a estrutura social local, que passa a dar suporte para um novo modo de produção. As transformações nas atividades do *tempo dos velhos* levam às mudanças na caracterização da agricultura, agora denominada pelos moradores como agricultura orgânica ou agricultura urbana orgânica e caracteriza uma nova forma de plantio e produção alimentar. Diante da inexistência do uso dos espaços para roça e chácara, os antigos quintais são reformulados e transformados em hortas que, embora continuem localizadas imediatamente próximas às casas, são feitas por moldes distintos dos anteriores. Diferentemente dos quintais, as hortas são cultivadas em forma de canteiros, implementadas sem o uso de fertilizantes e defensivos sintéticos e com técnicas⁶ de manejo que garantem maior produtividade.

O crescimento da prática da agricultura orgânica no local está vinculado, segundo os entrevistados, ao aumento da demanda por esse tipo de produto na cidade e pela disponibilidade de terras na região. A relativa disponibilidade de terra em Ratones faz com que o bairro seja um dos lugares da Ilha de Santa Catarina onde ainda se consegue cultivar em maior escala, principalmente nas proximidades do Canto do Moreira, onde a configuração dos lotes atuais resulta dos processos históricos do uso do espaço local e atrai moradores de outras comunidades e regiões que desejam praticar a agricultura. Além da disponibilidade de terrenos, o local apresenta menor fluxo de pessoas e uma paisagem rural – considerando-se a vegetação estruturada e as atividades rurais que se mantêm em alguma escala. Conforme os entrevistados, embora apenas alguns grupos e famílias trabalhem no comércio de verduras e vegetais orgânicos, praticamente todos os moradores de Ratones praticam algum cultivo de horta para complemento alimentar. Na opinião deles, o cultivo

⁶ São utilizadas técnicas de adubação pelo reaproveitamento de rejeitos orgânicos, uso de preparos caseiros de herbicidas e remédios, e disposição das mudas nos canteiros de forma diferenciada para otimizar o espaço de plantação.

atual das hortas possibilita a distração dos aposentados, daqueles que têm problemas de saúde e a retomada de uma atividade que já conhecem. Nas palavras de E3, a agricultura está relacionada às “raízes do lugar”. O que se observa, contudo, é uma diferenciação entre a agricultura praticada por moradores antigos ou nativos e aquela praticada por novos agricultores e moradores que são atraídos para a região.

Na literatura, a agricultura urbana é conceituada como a produção de alimentos vegetais, ou animais, realizada dentro do perímetro urbano e que atende ao consumo familiar e comunitário, podendo também ser destinada à comercialização. Ela pode ser feita em espaços privados, públicos, individuais ou comunitários e difere da agricultura rural pelo tipo de exploração dos recursos, forma de manejo ou técnicas de produção, destinação e finalidade do produto, pela extrínseca relação com um modo de vida camponês, pela identidade dos agricultores, pela segurança da possibilidade de uso da terra – em termos legais de propriedade –, pelas características das áreas de cultivo ou terrenos e pelo tipo e nível de intervenção municipal em sua realização (LEITE, 2012).

Em Ratonés, a agricultura urbana é praticada em pequenos lotes particulares, não depende de demais usos do solo circundante ou de práticas associadas, como acontecia no contexto anterior em que os agricultores eram pluriativos. Em muitos casos, é certificada por selos de produção orgânica. Embora não seja dependente de outras atividades, em alguns momentos a agricultura urbana compõe um novo conjunto de práticas, como a educação ambiental, permacultura e agroecologia, que atende também ao público externo à comunidade.

Figura 3 – Práticas atuais de agricultura em Ratonés



Fonte: Adaptado de Araújo (2017).

Embora a reformulação da agricultura possa se aproximar do contexto de uma reterritorialização, como indicado por Haesbaert (2016), ela não opera na mesma condição material e simbólica que antes. Isto indica que, mesmo que haja um redesenho da prática agrícola, ela se dá também por um caráter de resiliência da atividade anterior. Para explorar melhor as diferenças conceituais entre as diversas formas de agricultura (tradicional, orgânica, urbana, periurbana, entre outras), deve-se observar a discussão de Arruda (2006, 2011). No entanto, interessa aqui apontar a existência de diferenças claras entre a agricultura praticada no *tempo dos velhos* e as práticas atuais de agricultura em Ratonés. Tais mudanças decorrem das alterações dos antigos modos de vida dos “nativos” e, conseqüentemente, de sua identidade em um amplo processo histórico de políticas, planejamento e gestão do território.

Para Zhouri e Laschefski (2010, p. 25), “as mudanças espaciais que comprometem as possibilidades de reprodução social de um grupo no formato tradicional decorrem da interferência na sua base simbólica/cultural e também nas bases materiais de sua reprodução”. É neste sentido que as práticas que resistem a essas mudanças são muitas vezes baseadas no resgate e defesa do lugar, conforme argumentado por Escobar (2005).

A manifestação da agricultura na forma da agricultura urbana orgânica não apenas simboliza uma nova forma de construção social a partir do território, como possibilita, de fato, a permanência da agricultura. As práticas persistem por carregar componentes simbólicos de um determinado grupo social, podendo ser vistas como técnicas ou tecnologias identitárias que possibilitam a permanência do vínculo dos sujeitos com a terra ou com o seu lugar (ESCOBAR, 2005; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). A distinção crucial do processo de mudança que caracteriza a agricultura urbana e conforma um novo paradigma em torno da agricultura realizada no local está no fato de que as novas práticas são, muitas vezes, levadas pelos novos agricultores aos antigos agricultores – os quais passam a cultivar nesse formato diferenciado atendendo ao paradigma alternativo que se construiu em torno da prática agrícola. Os certificados atribuídos aos produtos orgânicos permitem que os antigos agricultores possam comercializar seus produtos quando incorporados dentro do paradigma adequado e do movimento da agricultura urbana local. É importante ressaltar que nem todos os produtores de Ratonés que praticam a agricultura urbana atualmente e possuem redes de consumidores detêm o certificado de produção orgânica.

Verificam-se, pela diferenciação entre a agricultura tradicional rural e a agricultura urbana, diferentes formas de agricultura inseridas no distrito de Ratonés. Em contexto de expansão urbana a distinção entre essas duas práticas – ou mais, se assim identificado – é

essencial para o direcionamento de políticas que visam não apenas incluir a agricultura na cidade, mas também as diferentes práticas agrícolas existentes. As estratégias comunitárias no processo de planejamento urbano de 2017 buscaram salvaguardar e diferenciar as práticas rurais e orgânicas em Ratones:

A “característica rural” vai definir tamanho de lote, permeabilidade do solo, vai trabalhar o conceito de Área Residencial Rural – uma área de baixa densidade, porque você tem que ter os espaços verdes pra produzir, para fazer as coisas. Ao invés de manter agricultura só na área rural, que além da agricultura urbana tem uma série de outras possibilidades, o plano abriu também a possibilidade de trabalhar com a agricultura urbana em várias outras áreas (E5).

A agricultura em Ratones tem se mostrado uma prática de resistência identitária de sua comunidade nativa e, ao mesmo tempo, mais uma possibilidade de solução para as questões urbanas que emergem, como aquelas que apontam para a sustentabilidade das cidades (ARAÚJO, 2016) e para a justiça ambiental (GRAVA; FLORIT; ANTUNES, 2019). As práticas devem ser, portanto, observadas sob olhares distintos e ter resguardadas suas especificidades de forma a contemplar não somente uma prática de agricultura eminentemente urbana, mas, também, aquela que representa a permanência do rural na cidade e das identidades a ele relacionadas. A identidade rural que permanece e se manifesta por intermédio da resistência da prática agrícola não pretende negar a modernidade, o urbano ou as práticas e culturas relacionadas a eles, mas pretende inserir, na pauta da construção das cidades, novos conceitos sobre o urbano, as formas de uso do solo e os modos de vida que nele existem.

Florianópolis é reconhecida até mesmo internacionalmente pela atratividade de suas praias e, por isto, o desenvolvimento da cidade é em grande parte definido com fins de atender ao turismo de balneário⁷. Ao mesmo tempo, a cidade apresenta áreas marcadas pelas atividades tradicionais ou por aquelas comumente atribuídas ao meio rural. Autores como Lins (1993) já demonstraram os impactos do turismo sobre os modos de vida tradicionais de Florianópolis, sinalizando a necessidade de um olhar cuidadoso sobre as políticas públicas que impulsionam o seu desenvolvimento turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *tempo dos velhos* se estende, em Ratones, até meados dos anos de 1970 e corresponde ao contexto em que a atividade agrícola exercia centralidade na formação

⁷ Para maior aprofundamento sobre uma crítica das “vocações” das cidades e, especificamente, sobre a vocação turística de Florianópolis, ver Coelho (2019).

social da comunidade. A agricultura configura-se dessa forma devido à sua relação com práticas como a pesca, o extrativismo e a caça, bem como à sociabilidade exercida pelo grupo que se embasava em relações de confiança e de trocas de produtos entre famílias e comunidades vizinhas.

No *tempo dos velhos* os espaços destinados à agricultura se davam no formato das roças, das chácaras e dos quintais, que podem ser definidos como expressões da territorialidade específica da comunidade de Ratones. A sua dinâmica ao longo do tempo é resultante das mudanças espaciais do distrito. Verificou-se que esses antigos espaços de agricultura foram modificados em virtude de processos de desterritorialização e de reterritorialização, deflagrados por ações de desenvolvimento urbano – como as intervenções na Bacia Hidrográfica do Rio Ratones, de planejamento ambiental –, pelas proibições de uso e acesso a recursos resultantes da implantação da ESEC Carijós e demais proibições da continuidade das práticas antigas. Essas modificações levaram, de modo geral, à alteração na expressão da sociabilidade da comunidade e ao seu parcial sentimento de “afastamento” do meio ambiente. As alterações contribuíram para a fragilização ou abandono das práticas de agricultura, extrativismo e pesca.

A agricultura remanescente foi reformulada e passou a ser caracterizada como agricultura urbana. O surgimento dessa agricultura sinaliza a tendência da prática agrícola em contexto de desterritorialização e expansão urbana, condicionando uma nova forma de manutenção da natureza e das práticas a ela relacionadas. Embora a agricultura urbana possua grande potencial em garantir a permanência da prática agrícola em Ratones e desempenhe importantes funções para o contexto social local, suas diferenças devem ser resguardadas em relação à agricultura antiga, principalmente no que tange à sua forma e objetivo de realização.

Em um contexto de afirmação urbana cada vez mais contundente, as práticas agrícolas que surgem em Ratones devem ser evidenciadas, assim como aquelas que resistem, como a praticada por moradores antigos em consórcio com a pesca. Esta evidenciação pode dar lugar, nas políticas de gestão urbana e ambiental, às práticas que permitem a expressão da ruralidade (ou das ruralidades) em Ratones, aos modos de vida a elas associados e às diversas formas possíveis de se coexistir, viver e construir a cidade ou o urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A.

(Org.). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANTUNES, D. L. **Cipozeiros em movimento**: cultura material, conflitos territoriais e relações educativas em design. 2011. 226 f. Tese (Doutorado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, A. S. O planejamento urbano e ambiental na construção de cidades sustentáveis: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal, e Belo Horizonte, Brasil. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 190-209, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8647045>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ARAÚJO, A. S. **Organização espacial de Ratonos, Florianópolis (SC)**: dinâmicas e conflitos. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas/SP**: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPOS, N. J. de. **Terras comunais na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 1991.

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil**: abordagem histórico-espacial. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

CARDOSO, C.; BUSS, M. D. A relação da comunidade do bairro de Ratonos (Florianópolis, SC) com o meio ambiente e a criação de uma identidade local. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

COELHO, K. da S.; DELLAGNELO, E. H. L.; KANITZ, A. F. As práticas organizativas do distrito de Ratonos na resistência à proposta de plano diretor “participativo” feita pela Prefeitura de Florianópolis, à luz da teoria política do discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 132-151, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1777>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COELHO, L. da C. **City Branding e o direito à cidade**: conflitos na “Minha Floripa”. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DAVID, R. B. **Estudo preliminar de zoneamento ambiental para ocupação urbana da Bacia do Rio Ratonas**. 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.

FIDÉLIS FILHO, N. L. **Uma abordagem sobre as profundas modificações na morfometria fluvial da Bacia Hidrográfica do Rio Ratonas, Florianópolis/SC, num período de quarenta anos, e suas consequências**. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FRANZONI, T. M. **Teatralidade e sociabilidade no planejamento urbano na Ilha de Santa Catarina: um caminho entre o passado e o presente, a técnica e a política, a política e a festa**. 2012. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GRAVA, D. da S.; FLORIT, L. F.; ANTUNES, D. L. Cipozeiras e cipozeiros da Mata Atlântica e conflitos ambientais territoriais em Santa Catarina. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 22, n. 2, p. 69-92, maio-ago. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5814>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GUTIÉRREZ, L. A. L. **Unidades de conservação e inclusão social: do dualismo homem natureza ao caminho da gestão participativa na Estação Ecológica Carijós**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU, 1980.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Belo Horizonte: EDUEFMG, 2006.

LEITE, I. A. dos S. **Hortas urbanas: dimensões ambiental e social**. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

LENZI, M. H. A institucionalização do turismo em Florianópolis (SC) e sua inserção no planejamento urbano: décadas de 1960 a 1980. In: PEIXOTO, E. [et al.] (Org.). **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília: UnB/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

LINS, H. Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 10, n. 14, p. 89-117, set. 1993.

LITTLE, P. E. Territórios e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

LUZ, E. P. A. da; MARTINS, P. Cultura náutica e patrimônio material: um olhar sobre a Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e**

Regionais, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 205-223, 2014. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4824>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MALINOWSKY, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, R. M. F. do A. Formação socioespacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.; COSTA, B.; SOUZA, E. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-23.

RINDFUSS, R. R.; STERN, P. C. Linking Remote Sensing and Social Science: The Need and the Challenges. In: LIVERMAN, D. et al. **People and pixels: linking remote sensing and social science**. Washington, D. C: National Academy Press, 1998. p. 1-27.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 8-97, 1977.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

SOINI, E. Land use change patterns and livelihood dynamics on the slopes of Mt. Kilimanjaro, Tanzania. **Agricultural Systems**, v. 85, n. 3, p. 306-323, 2005. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X05000995>>. Acesso em: 28 abr. 2021

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: EdUFSC, 2015.

VINHOLI, A. C.; MARTINS, P. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 66-79, 2012.

VOGT, W. P. **Dictionary of statistics and methodology: a nontechnical guide for the social sciences**. London: Sage, 1999.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

Como citar:

ABNT

ARAÚJO, A. S.; ANTUNES, D. L.; MARTINS, P. Agricultura em transição: deslocamentos identitários nas práticas agrícolas de uma localidade em Florianópolis. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 02, e202319, 2023.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202319>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

APA

Araújo, A. S., Antunes, D. L., & Martins, P. Agricultura em transição: deslocamentos identitários nas práticas agrícolas de uma localidade em Florianópolis. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 02, e202319, 2023. Recuperado em 30 dezembro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202319>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

